



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## **SOCIOLOGIA EDUCACIONAL: ELEMENTO A SER CONSIDERADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DIREITO**

*Bernard Pereira Almeida<sup>1</sup>*  
*Anderson de Alencar Menezes*  
*Celia Nonata da Silva*  
*Carla Waleska Gomes de Araújo<sup>2</sup>*  
*Idabel Nascimento da Silva<sup>3</sup>*  
*Cecília Maria Bezerra de Oliveira<sup>4</sup>*

### **RESUMO**

O presente estudo almejou alcançar uma ideia clara do campo de estudos conhecido como Sociologia da Educação. A Sociologia da Educação, ou Sociologia Educacional é uma linha de estudo específica da Sociologia que, por sua vez, integra o grupo das Ciências Humanas. A terminologia “Sociologia” foi criada por Auguste Comte em 1838, no século XVIII, e almejava juntar todos os estudos relativos ao homem — como a História, a Psicologia e a Economia. Mas foi com Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, entre outros, que a Sociologia tomou corpo e seus fundamentos como ramo científico foram institucionalizados, promovendo, assim, o desabrochar dessa nova e relevante ciência. Nesse giro, temos que a Sociologia pode ser sumariamente definida como o estudo do comportamento social das interações e organizações humanas que tem como objetivo principal tornar as compreensões cotidianas da sociedade mais sistemáticas e precisas. Consequentemente, é uma ciência que estuda todos os símbolos culturais que os seres humanos inventam e empregam para interagir e organizar a sociedade, ela explora todas as estruturas sociais, que fluem através da ordem estabelecida socialmente, e busca entender as transformações que esses processos acendem na cultura e na estrutura social. Analisar a educação pela ótica sociológica e ponderar acerca de seus desdobramentos problematizando situações, eis o fito do presente trabalho. Para tanto, há de se sopesar e trabalhar com a relevância do ambiente escolar e seus agentes no processo educacional, pois tal espaço é o agente especializado na transmissão de modos de pensar, agir e sentir, sendo, por via de consequência, objeto de estudo da Sociologia da Educação, bem como a importância e influência do grupo familiar e da comunidade; assim os processos institucionais e organizacionais nos quais a sociedade se baseia para prover educação a seus integrantes, como as relações sociais que marcam o desenvolvimento dos indivíduos neste processo serão considerados por este trabalho.

**Palavras-Chave:** Sociologia; Sociologia da Educação; Processos Educacionais.

<sup>1</sup> E-mail: bernardadv@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: carlawaleska@hotmail.com

<sup>3</sup> E-mail: Idabelandia2016@gmail.com

<sup>4</sup> E-mail: cecimapa@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Cumprir destacar inicialmente que a Sociologia integra o grupo das Ciências Humanas. Seu objeto de estudo é a sociedade, sua organização social e os processos que interligam os indivíduos em grupos, instituições e associações.

Enquanto a Psicologia estuda o indivíduo na sua singularidade, a Sociologia examina os fenômenos sociais, compreendendo as distintas formas de composição das sociedades e suas culturas.

Em retrospecto histórico temos que a terminologia “Sociologia” foi criada por Auguste Comte em 1838, no século XVIII, e pretendia unificar todos os estudos relativos ao homem — como a História, a Psicologia e a Economia. Como resposta acadêmica para um desafio que estava surgindo, a Sociologia surgiu como disciplina no século XVIII, juntamente com o início da sociedade moderna. Com a Revolução Industrial e posteriormente com a Revolução Francesa (1789), iniciou-se uma nova era no mundo, com as quedas das monarquias e a constituição dos Estados nacionais no Ocidente; a ciência sociológica surge então para compreender as novas formas das sociedades, suas estruturas e organizações.

A Sociologia desempenha a função de, ao mesmo tempo, observar os fenômenos que se reproduzem nas relações

sociais – e assim formular explicações gerais ou teóricas sobre o fato social – como também se preocupa com aqueles eventos únicos, como por exemplo, o surgimento do capitalismo ou do Estado Moderno, explicando seus significados e importância que esses eventos têm na vida dos cidadãos. Como toda forma de conhecimento intitulada ciência, a Sociologia pretende explicar a totalidade do seu universo de pesquisa; nesse sentido, o conhecimento sociológico, por meio dos seus conceitos, teorias e métodos, constituem uma relevante ferramenta de compreensão da realidade social e de suas múltiplas redes ou relações sociais.

Os estudiosos da sociologia analisam e pesquisam as estruturas da sociedade. Além de suas aplicações no planejamento social, na condução de programas de intervenção social e no planejamento de programas sociais e governamentais, o conhecimento sociológico é também um meio possível de aperfeiçoamento do conhecimento social, na medida em que auxilia os interessados a compreenderem mais claramente o comportamento dos grupos sociais, assim como a sociedade com um todo. Nesse diapasão, se expõe o paradoxo das Ciências Sociais, que ao contrário das ciências da natureza (como a biologia, física, química, etc.), as ciências da sociedade estão dentro

do seu próprio objeto de estudo, pois todo conhecimento é um produto social. A Sociologia é dividida em diversas áreas de pesquisas, como, a título de exemplo, os campos da Demografia social, Microsociologia, Sociologia ambiental, Sociologia da administração e Sociologia da educação, objeto de análise do presente trabalho.

O ambiente escolar, enquanto agente especializado na transmissão de modos de raciocinar, agir e sentir, é, ensina Fernandes (2010), o objeto de estudo central da Sociologia da educação, ou Sociologia educacional, como também é conhecida. Tanto os processos institucionais e organizacionais nos quais a sociedade se baseia para prover educação a seus integrantes, como as relações sociais que marcam o desenvolvimento dos indivíduos neste processo são analisadas por esta disciplina.

O estudo de sociedades detentoras de culturas distintas proporciona ferramentas importantes nesta análise. Os conhecimentos de como diferentes culturas se reproduzem e educam seus indivíduos permite uma aproximação dos processos mais estruturais que compõem a educação de uma forma mais ampla. A sociologia da educação é a extensão da sociologia que estuda a realidade socioeducacional. Ela oportuniza aos pesquisadores, como será

apontado no presente trabalho, compreender que a educação se dá no contexto da sociedade, e não apenas na sala de aula, caracterizando a relação que há entre ser humano, sociedade e educação através de diferentes teorias sociológicas (BRAMELD, 1967). Segundo Durkheim, a sociologia da educação serviria para os futuros professores para uma nova moral laica e racionalista, sem influência religiosa.

A sociologia da educação começou a se consolidar por Marx e Engels, como o pensamento sobre as sociedades de seu tempo, criando uma relação de educação e produção. As concepções deles, mas não somente deles, têm como início a revolução industrial, criando a educação politécnica, que combina a instituição escolar com o trabalho produtivo, acreditando que dessa relação nasceria um dos mais poderosos meios de transformação social. Em suma, a sociologia foi criada pela necessidade do sistema capitalista, fazendo a junção do conhecimento ao trabalho para assim ter uma obtenção maior de lucro no trabalho e na produção.

O estudo sociológico da educação no Brasil iniciou-se contando com a compreensão dos pioneiros da nossa renovação escolar, inaugurada como área de pesquisa autóctone pela obra de Fernando de Azevedo, cedo introduzida nos

currículos dos cursos de formação pedagógica, a Sociologia da Educação parecia destinada a trazer a contribuição que lhe cabe fazer ao progresso nacional: a de iluminar a realidade, para que a Pedagogia pise em terreno firme.

É notória em nossa época que a mudança cultural se precipita com assombrosa rapidez. Isto confronta as sociedades modernas com a necessidade de rever as doutrinas orientadoras da sua prática educacional, porque nascidas em determinados períodos históricos, refletem os problemas e as soluções particulares deles.

Nesse diapasão, na educação presente, o passado encontra-se com o futuro e a tríplice perspectiva é prenhe de incertezas, as quais, ao homem moderno, repugna escamotear. Queremos saber o que queremos, por que queremos, e como podemos atingir nossos objetivos. Dentro dessa conjuntura, o presente trabalho pretende abordar sucintamente a contribuição da Sociologia Educacional a esta hodierna tarefa reflexiva (RIBEIRO, 2003), proporcionando subsídios para melhor apreciação da educação e suas diversas nuances, no sentido de fornecer subsídios para aprimorar a formação do docente em Direto.

## **1. SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: CONCEITOS**

O termo “educação” é usado na maioria das vezes com um sentido um tanto quanto vago. Dar-lhe precisão alude em definir e circunscrever o objeto das investigações a serem realizadas, e deve, por via de consequência, ser a preocupação inicial nesse momento. É elementar distinguir o termo citado nitidamente do conceito de “socialização”, que é, por sua natureza, mais amplo e geral. Ao tentar fazê-lo, não se pretende negar a validade de outras possíveis definições, quando estabelecidas com fitos diferentes das desse estudo.

As palavras não costumam possuir um sentido intrínseco; são frutos de convenções; e como o pensamento científico de maneira frequente se move para áreas ainda não exploradas pelo idioma, ocorrem-lhe distinções novas, às quais um rótulo deve ser posto, tomado, diante da falta de alternativa, do acervo já constante do vocabulário. Diante dessa conjuntura, certas palavras vêm a adquirir significados múltiplos, sendo importante que o sentido, pretendido num determinado contexto, seja claramente enunciado, sob pena de uma possível incompreensão. Tanto a Sociologia, como a Pedagogia se encontram diante das mesmíssimas situações, lamentáveis por vezes, haja vista

que as variações de significado de uma palavra idêntica provocam verdadeiros mal-entendidos, mas assim mesmo inevitáveis. Não obstante, é necessário registrar esforços, hodiernamente, para superar tais confusões.

Realizadas as ponderações acima, é prudente abordar a conceituação acerca da ideia de Socialização. Os indivíduos que, a todo instante, chegam a uma sociedade constituem a preciosa substância pela qual esta se perpetuará e renovará (FERNANDES, 2010). Não sendo, contudo, inicialmente mais que organismos inermes, cheios de potencialidades, mas incapazes de sobreviver à custa de sua própria e única atividade, e, muito menos, prontos para oferecer qualquer tipo de contribuição à vida social, são preparados para esta por meio dos chamados processos sociais, cuja ação se denomina *socialização*.

Se socializar denota, então, por um lado, adquirir personalidade social, e, por outro lado, se fazer membro da sociedade em que está inserido e portador da sua cultura, corroborando para sua perpetuação. O processo de socialização abarca o aprendizado de técnicas, a aquisição de sabres (que são elementares para a sobrevivência do indivíduo), a acedência de alguns padrões de conduta social e a interiorização de valores (LESSARD,

2007). Nesse giro, a socialização se procede por comunicação e participação, ou seja, participando de atividades consideradas sociais, a pessoa acaba por adquirir traços culturais, bem como o exercício, imitando os mais maduros em situações concretas. Por processos adequados de comunicação, por exemplo, aprendem as experiências alheias. Insta grifar, sem sombra de dúvidas, a influência da família e da comunidade nos processos de socialização, eis que de suma importância no desenvolvimento de referidos processos.

Quem socializa, assevera Gallo (2003), acaba por incorporar padrões e valores sociais, válidos, na maioria dos casos, para todos os integrantes das sociedades (universais) e outros, que se aplicam somente ao exercício de certos papéis sociais (especiais). Nesse sentido, a criança aprende a falar português, mas também a comportar-se como menino ou menina. O adolescente, por sua vez, apreende as noções morais aceitas pela sociedade em geral, ao lado, daquelas que regem a religião e a profissão que venha a adotar. E cada profissão, ressalte-se, exige, além de habilidades comuns a todas outras que se são peculiares.

As situações referidas acima inferem mais uma distinção: além da *socialização concomitante* no próprio exercício de um papel social, perdura outra,

*antecipatória*, que nada mais é do que o prepara para um papel social futuro; nem sempre, é importante dizer, a diferenciação entre elas é nítida. Por fim, analisando-se na perspectiva da sociedade, há uma socialização *espontânea*, que se dá sem que ninguém sequer pense nela e também existe a *educação*, cujo estudo se passará agora.

Quando se reserva a terminologia “educação” a um setor, apenas, do amplo campo dos processos de socialização existentes, é conveniente conceituá-la de tal forma que a integração entre o educando e educador seja o principal eixo de estudo. Procedendo-se de tal forma, se obtém a vantagem de não se afastar da corrente linguagem e a chance de concentração do foco de discussão na relevante figura do educador (RIBEIRO, 2003), ou seja, daquele cujas atividades realizadas interessam, principalmente, a uma sociologia voltada para as questões educacionais.

Freire (1979) destaca que os processos educacionais são atividades levadas a cabo pelas gerações mais velhas (seja a família ou a comunidade), sobre as gerações que, por serem jovens, não se encontram preparadas adequadamente para a vida em sociedade (ou vida social), com a nítida intenção de socializá-las. De tal modo, aqueles indivíduos que se encontram mais bem preparados para a vida em

sociedade, tratam de educar os outros que porventura não estejam preparados, assim, garantem a consistência do tecido social.

## 2. A SOCIALIZAÇÃO COMO ENCULTURAÇÃO

Por intermédio dos processos de socialização as sociedades incorporam os novos elementos humanos que não de perpetuá-la, transmitindo seu patrimônio cultural, que haverão de manter e modificar, adaptando-o, logicamente, às novas condições de vida que enfrentarão. Deste modo, a cultura de uma sociedade envolve um complexo que abarca crenças, informações, arte, moral, usos e costumes, e todos os demais hábitos mantidos pelo indivíduo como membro de uma determinada sociedade.

Outrossim, os inúmeros fatos culturais existentes em uma sociedade, que modernamente tendem a ser cada vez mais complexos, revelam o imperativo de se proceder uma ordenação classificatória de tais fatos, sob pena de suas implicações várias não serem compreendidas. Nesse sentido, podemos, inicialmente, tratar da denominada *cultura material*, que nada mais são do que as técnicas e manejos de instrumentos e equipamentos, de suma relevância, pois nenhuma geração estaria capacitada a inventar, partindo da estaca zero, todo o conjunto de técnicas que lhe

permitisse se defender e ainda aproveitar-se do ambiente natural.

Subsequentemente, temos os *padrões de comportamento social manifesto*. Como no trato com objetos materiais, assim também como no convívio entre os seres humanos, os membros de qualquer sociedade necessitam de maior ou menor número de práxis para empreender uma atividade. Enquanto aquelas, intimamente coligadas à tecnologia, são adequadas à natureza das coisas, outras são estabelecidas por tradicionais *convenções sociais*; tanto as técnicas quanto os padrões de comportamento social manifesto, constituem um conjunto de padrões que antes já foram experimentados e que os jovens acabam por receber imitando os mais velhos, ensinados por meio da instrução, isto é, comunicação verbal ou escrita do conhecimento adquirido por aqueles.

Inegável é a existência de *padrões mentais*. Técnicas e padrões comportamentais manifestos não existem por si só, mas designados a servir as contingências e desejos dos indivíduos. Os desejos desencadeiam sentimentos e atitudes em afinidade a objetos (sejam eles materiais, imateriais ou sociais), os quais, por sua vez, são em ampla parte tradicionais e, embora radicados em mentes individuais, foram formados culturalmente.

No que tange à *organização social*, cabe ressaltar, com Azevedo (1957), que uma ordem de posições e relações sociais, de papéis e valores, de distribuição do poder, de instituições, tais como a família, por exemplo, a propriedade, o Estado, dentre outras, asseguram, nos dias de hoje e dentro da atual conjuntura, o funcionamento da sociedade; tais arranjos, ensina Gallo (2003), denominam-se organização social. Em uma sociedade de caráter complexo, ninguém a conhece cabalmente, mas cada membro necessita de saber, ao menos, aquilo que toca diretamente à posição que ocupa e ao desempenho de seu papel social; deve se compreender a sua posição no conjunto e abraçar atitudes socialmente julgadas adequadas, adquirindo os hábitos correspondentes. Esta característica da socialização compreende, pois, várias nuances e oferece à educação dificuldades peculiares, toda vez que não se realize de forma aceitável por socialização espontânea, como é o caso das complexas sociedades de hoje.

Existem também *elementos simbólicos*. Os símbolos são fenômenos abertamente perceptíveis, socialmente designados para dar significado a algo inacessível aos sentidos. Toda e qualquer sociedade possui de um sistema simbólico de comunicação e também de pensamento, incluindo aí a linguagem oral e escrita.

Todavia, existem ao mesmo tempo símbolos sociais, que tem a função de concretizar valores religiosos, de solidariedade social, de prestígio, de aspirações, dentre outros. Os sistemas científicos, filosóficos e religiosos, erigidos por meio de símbolos, são decorrentes de atitudes e valores de uma sociedade, marcando a *organização do pensamento* ao longo de todo tecido social (RIBEIRO, 2003). Tais sistemas organizam o pensamento racional sendo aprendidos de maneira análoga à aquisição de técnicas materiais, mas oferecem óbice à educação por ser menos evidente a sua aplicabilidade prática e, em virtude disso, provocar menos interesse no educando, precisando-se de maneira constante realizar apelos a valores que, no entanto, não podem imiscuir-se no conhecimento em si, sob pena de deturpação de seu raciocínio.

Ainda que existam sociedades menores, de cultura mais homogênea, a sociedade brasileira e outras sociedades vastas acolhem em seu seio unidades pequenas, que portam, também elas, cultura própria, ou *subculturas*. Estas pequenas unidades arrastam em si mostras próprias da cultura nacional ou então, são elas que, historicamente, deram procedência àquela cultura como a um feitiço geral dos traços, comuns a várias outras subculturas. Em um caso, como no outro, esta benéfica

heterogeneidade, cria alguns empecilhos para os processos educacionais.

Os empecilhos acima referidos ocorrem em uma sociedade ampla, como a brasileira, abrangem-se regiões às quais as diferenças de ambiente, história, composição, etnia, econômicas, dentre outras, aferem a elas caracteres culturais particulares (RIBEIRO, 2003). Costumam variar de uma para outra, a língua, ou dialeto, o vestuário, o folclore, a religião e alguns ares da organização social. Mesmo as comunidades locais podem ter subculturas diferentes de uma para outra, vizinha. Um exemplo claro é uma cidade grande em relação às pequenas.

As amplas sociedades, em suas nuances culturais, tendem a serem compostas de subculturas, envolvidas, na maioria dos casos, uma pelas outras. Assim sendo, as coletividades inseridas em uma sociedade complexa tendem a ter sua própria subcultura, como certas classes sociais e categorias profissionais, os públicos influenciados (ou influenciáveis) pelos meios de comunicação, etc.

As diferenças mencionadas acima, por vezes, colocam o educador, leia-se professor, em uma posição delicada, onde o conteúdo informativo de determinada disciplina em uma região não tem a mesma aplicabilidade (RIBEIRO, 2003), ou mesmo aceitação, do que em outra, o que denota a



importância da Sociologia da educação no sentido de aprover elementos para aprimorar a formação docente, especialmente na esfera do Direito, já que estes profissionais não raro jamais travaram contato com os conteúdos de formação pedagógica (BITTAR, 2006).

### **3. A SOCIALIZAÇÃO COMO FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE**

Pode-se afirmar que o novo ente, recém-nascido, que se oferece como um futuro membro da sociedade e, portanto, portador de sua cultura, começa por ser inicialmente um organismo, possuindo uma potencialidade de desenvolvimento psíquico, mas não uma personalidade propriamente dita. É um ser humano na acepção ética e metafísica, mas passivamente, como objeto de valor social e não como um sujeito de vontade, conhecimento e capacidade. É precisamente a socialização que brota em tal pessoa a humanidade ativa. De tal modo, a concentração da atenção naquilo proporcionado pela socialização, não deve nos conduzir a esquecer do fato psicológico elementar de ser o desenvolvimento das potencialidades obra a ser erigida pelo próprio indivíduo e de ter nele a nascente de sua dinâmica. Nesse sentido, se tem as diversas fases de formação da personalidade.

O homem, possuidor de instintos, quando se depara com alguma situação nova, aprende os meios necessários para com ela lidar, adquirindo progressivamente modos de agir mais flexíveis e adaptáveis a ambientes transformados e mutáveis (GALLO, 2003). O condicionamento de reflexos ao mesmo tempo leva os homens a aprender, de modo semelhante aos animais, à medida que não se governam de forma total por instinto. Deste modo, contraímos hábitos, bem mais passíveis de transformação do que os instintos, semelhantemente aos animais amestrados. Os hábitos nos permitem a contornar facilmente situações idênticas a outras, já experimentadas, para além do recurso a sequencia de tentativas e erros ou acertos, dentre outros.

Para satisfação de suas necessidades, o homem pode contar com a sociedade, que intervém e lhe oferece recursos culturais e auxílio. Tal dependência em relação à sociedade pode ser considerada a força da espécie humana, como também é a fraqueza daqueles que se encontram isolados em tenra idade. Dentro do processo de socialização o ser humano em desenvolvimento percebe que os atos praticados pelos seus iguais são carregados de sentido. Acompanhando essa percepção, ele descobre igualmente que os indivíduos exercem papéis sociais, bem como ocupam

posições dentro da sociedade. Nesse giro, e ainda dentro do seu desenvolvimento e no decorrer de seu processo de interação social, o jovem ser humano aprende a conectar as suas emoções a determinados objetos sociais, vale dizer, organizá-las em sentimentos. Quando os objetos da ação são intrinsecamente carregados de valor para o indivíduo, o sentimento e a atitude não se distinguem essencialmente de apetites, e contradições também a nível animal.

Os símbolos sociais, por sua vez, possuem a função de permitir o exercício de sentimentos, cujo verdadeiro valor é demasiadamente abstrato ou remoto para fazer apelo direto às emoções.

A personalidade não é imutável, pois, ao refletir uma posição social, acompanha as alterações vividas por esta, tanto socialmente normais e previsíveis, como as derivadas de ocorrências especiais, quer na vida da sociedade ou do indivíduo. As mudanças de posição no decorrer da vida são comuns: criança, adolescente, adulto, diferenças entre categorias profissionais, religiões, etc. Desta forma, a personalidade individual se altera com o tempo, sem, contudo, perder sua continuidade.

Nesse sentido, variadas são as personalidades no conjunto de uma sociedade. Elas são desiguais uma das outras, mesmo não se levando em apreço os fatores puramente pessoais de

temperamento e experiências características. A sociedade abrange um sistema de posições sociais padronizadas, às quais se justapõem padrões e perspectivas de comportamento diferenciais: homem e mulher, por exemplo; patrão e subordinado; lavrador e comerciante. A cada uma dessas posições ocupadas corresponde uma, assim denominada personalidade-status, ou seja, o conjunto de modos de sentir, pensar e agir que se espera dos ocupantes de cada posição e que normalmente neles também se encontra. No que diz respeito a formação do docente em Direito, estes dados são de peculiar importância.

#### **4. UNIDADE E DIFERENCIAÇÃO NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO**

Segundo Fernandes (2008), toda sociedade conhecida aquinhoa os afazeres imprescindíveis à sua existência segundo categorias sociais. Diante de recursos limitados e da atual conjuntura política e econômica, a uniformidade de modos pelos quais os homens aprovizionam os seus viveres, levaria fatalmente à competição perniciososa de todos contra todos, à rivalidade generalizada e, por via de consequência, à desagregação social. Ao se diferenciar, a sociedade, pelo menos em tese, ganharia em duas frentes: por um lado, admitiria a especialização e uma maior pujança de cada trabalho e melhor

aproveitamento dos recursos e, por outro lado, proporciona melhor rentabilidade ao esforço coletivo, possibilitando que ocupações complementares e simultâneas totalizem um conjunto complexo, capaz de empreender recursos fora do alcance de uma simples reunião de energia de caráter homogêneo.

Para que se dê a especialização, mister se faz que ocorra uma socialização especializada. No nível mais básico, esta ocorre no próprio exercício da atividade e relaciona-se a uma diferenciação das situações de aprendizagem: assumindo, a título de exemplo, um papel na agricultura, o indivíduo há de se tornar um lavrador pelo cultivo de vegetais. Todavia, a diferenciação das situações de aprendizagem, juntamente ao exercício, não satisfaz para se contrair a aptidão para todas as especializações imprescindíveis dentro de uma sociedade complexa. Como destaca Ribeiro (2003), muitas delas exigem conhecimentos e habilidades para que o ser humano possa se iniciar no desempenho delas; tais são os casos do médico, do advogado, do sacerdote e do operário qualificado.

A supramencionada socialização antecipatória, cardeal campo de ação da educação (ou seja, da socialização intencional) esbarra em dificuldades especiais quando as posições a serem

ocupadas pelos educandos não são passíveis de previsão; duas circunstâncias sociais acabam por atrapalhar essa espécie de socialização: a mudança cultural e a mobilidade social, que consiste na passagem de uma pessoa de uma posição para outra em determinada esfera da vida em sociedade, principalmente na esfera ocupacional.

Nas sociedades consideradas abertas, a mobilidade se realiza quase que unicamente por aquisição de posições, ou seja, em função de iniciativa do próprio indivíduo, sendo atribuídas quase somente as decorrentes por uma necessidade, por assim dizer, natural, das fases biológicas da vida do indivíduo. A ascensão e queda dentro do status social são determinadas, de maneira geral, pelo nível de escolaridade, de forma que um indivíduo que possui alto nível de escolaridade tende a ser detentor de um status social maior, o que ressalta a importância da Sociologia da educação no âmbito escolar/acadêmico (DEMO, 2005).

Os processos de socialização criam certa unidade social, de tal forma que a diferenciação e a interdependência, por ela produzida, são fortes fatores de coesão social. Contudo, a socialização nunca deixa de se fazer em certos aspectos universais da cultura, também, sem os quais a sociedade não se conservaria unida e nem a divisão do trabalho social poderia funcionar.

Os usos e costumes, lembra Fernandes (2010), regulam o convívio; sem embargo, a sociedade também preserva sua unidade através de elementos simbólicos como o idioma, que a maioria dos povos considera a unidade dele, embora ocorram variações de dialetos, como fundamental à eficácia de sua vida em comum.

Por conseguinte, o processo de socialização, e inevitavelmente, de educação encontra-se intimamente ligado às questões entorno da unidade e diferenciação, carecendo as metodologias educacionais (GARCIA, 2018) no âmbito da formação do professor de Direito que atentem para tais processos.

## **5. A EDUCAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MUDANÇA**

Até o presente momento, destacou-se o aspecto essencial desempenhado pela socialização como transferência do patrimônio cultural acumulado e como fator de formação da personalidade em função dele. Com efeito, neste sentido a socialização é essencialmente conservadora, pois a sociedade ao promovê-la não pode oferecer aos jovens senão aquilo que tem (DEMO, 2005), observando-se ainda as questões ideológicas, como na sociedade hodierna, orientada por um neoliberalismo feroz e que tende a fomentar tal ideologia.

Socializar-se não deixa de equivaler a vivem em sociedade, experimentado seu ímpeto e reagir a ela, tal como ela é. Algo apinhado de paradoxo é, assim, a situação do educador, que pretende preparar a nova geração, não, apenas, no seio e em função de uma tradição, mas também para posições que irá futuramente ocupar, quando a cultura se modifica durante o momento consagrado à educação.

Nesse diapasão, se pode afirmar que qualquer cultura de determinada sociedade sempre se altera. A cultura não é um elemento real, mas, sim, um acervo de padrões de comportamento, adotado por pessoas; no comportamento é que realmente ocorrem mudanças, quando discrepa das formas tradicionais. Alguns desvios esporádicos deixam a sociedade indiferente ou incita uma reação social no sentido de erradicá-lo. Porém, quando tal desvio se generaliza, sem que sanções sejam aplicadas com o fito de sufoca-lo, o padrão tradicional se encontra ameaçado e tende a esvaecer, podendo dar lugar a um novo padrão.

As mudanças geralmente não chegam ao extremo de erradicar por completo um padrão, mas sim promovem alterações nos usos e técnicas não considerados imperativos pela sociedade. Quando se trata de costumes, tido como elementares e necessários, as presumíveis

modificações não de despertar desconfiança e receio, sendo combatidas mais vigorosamente. Uma resistência forte também se verifica em padrões especiais, relacionados a certas posições sociais, das quais são tidos como expressões simbólicas.

Em sentido oposto, são conhecidos vários exemplos de mudança em padrões tecnológicos, mas acarretando imprevisto impacto em situações sociais em função das quais os padrões morais se tinham elaborado – situação que contrasta com o tradicionalismo exacerbado dos cursos jurídicos ministrados no Brasil.

Quanto mais a fundo uma inovação ou o abalo de um traço cultural atinge um sistema de valores, mais complexa é a mudança dentro de uma sociedade. As dificuldades se elevam quando um traço de cultura é introduzido de fora de determinado meio social, como, por exemplo, quando impostas por um país a outro. Contudo, as crises provocadas pelas mudanças só não se agravam de forma demasiada por existir o fator aceitação, que se dá quando uma sociedade acolhe o novo padrão cultural.

No caso do Brasil, a mudança cultural, como destaca Fernandes (2010), já é um padrão consolidado, fazendo parte de nossa tradição. A educação o transmite com esta e, formando a personalidade moderna, busca dar-lhe flexibilidade, por um lado,

consistência de vontade pelo outro, isto é, a envergadura de agir, em cumprimento de valores reconhecidos como apropriados, dentro de uma realidade em que eles se exprimem sob formas mutáveis. Tal princípio pedagógico, os mais velhos dos nossos atuais mestres absorveram-no na juventude, cabendo a eles, bem como a toda sociedade, promover, na hipótese vertente, a formação do professor de ciências jurídicas, dando conta das tradições, porém sem desconsiderar as mudanças dentro do corpo social, conjuntura na qual a Sociologia da educação representa um aporte inestimável para se agregar a tal formação.

## **6. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DIREITO E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO PARA O SEU APRIMORAMENTO**

O ato de educar denota influir de maneira intencional na socialização dos indivíduos. Essa atividade é conduzida pela sociedade como um todo e concretamente desempenhada por órgãos específicos dela. Para compreender a sua estrutura e funcionamento deve-se ver sobre o fundo do processo mais geral da socialização, analisar as instituições que a servem e, finalmente, esclarecer as consequências e as entaves da sua intencionalidade, sendo tais

meditações objeto da sociologia da educação.

Nesse passo, necessário se faz tentar uma definição do que são as instituições sociais. Por instituição compreendem-se formas estabelecidas ou maneiras de proceder por meio dos quais se realiza a atividade grupal. Ressalta-se que instituições não são grupos sociais, pois incluem apenas as atividades das pessoas envolvidas e, não, estas próprias.

Diferenciar uma instituição de outra é obra do cientista, que as analisa, do que da realidade social. As necessidades sociais fundam uma rede extremamente intrincada, da qual somente abstratamente se pode separar uma da outra. O sociólogo preocupado com a educação há de destacar uma necessidade educacional e as práticas educacionais orientadas a satisfazê-la, na medida em que se conduzam por formas estabelecidas de procedimentos.

Caracterizando a relação existente entre a instituição e as necessidades sociais, temos a palavra função (que se refere ao papel que uma atividade representa na vida social). A íntima relação que existe entre as funções sociais das instituições e os desígnios que as ações humanas se alvitram, é manifesta, encontrando-se no limiar da análise da intencionalidade da educação. Em conformidade com o exposto acima, a educação vem a ser um setor da

socialização, em que a ação de adultos, exercida sobre jovens, é intencional, isto é, conscientemente dirigida para objetivos.

De tal modo, existindo a intencionalidade da educação esta se encontra na pessoa do educador. Ele é quem quer, realmente, efetivar a educação, enquanto que a sociedade apenas deseja e, para tanto, a Sociologia da educação fornece amplas e elaboradas ferramentas que necessitam serem aproveitadas ao máximo na formação do educador de Direito,

Nessa toada, cabe um parêntese para sublinhar que, majoritariamente nos cursos de direito ministrados em instituições privadas, a docência decorre de um convite, em razão do sucesso profissional ou status social atingido pelo novel docente, dispensando-se o teor pedagógico ao argumento de que é supérfluo ou desnecessário para uma atividade de ensino (VENTURA, 2004). Assim os professores (quase sempre) não dominam a didática e a metodologia do trabalho científico, disseminando saberes que nem sempre são adequadamente absorvidos pelo corpo discente, situação fática que repete na pós-graduação, o que poderia ser suavizado com o precioso auxílio da Sociologia da Educação aliada à formação do docente em Direito.

Para o indivíduo imaturo que esta a se socializar, a educação é um componente absoluto e indiscutivelmente central de seu ambiente (FREIRE, 1996). Esse componente é poderoso em virtude de sua ação sobre os demais; proporciona experiências e vedam outras, assiste ao jovem na explicação de fatos, desestimula ou estimula, enfim, orienta a aprendizagem. Aliar a caixa de ferramentas ofertada pela Sociologia da educação em referidos processos é ampliar sua qualidade.

As duas grandes instituições educativas, que sobressaem sobre as demais são a família e a escola (MANONNI, 1977), cumprindo funções claramente díspares neste processo. Se por um lado a família é uma comunhão de experiência, na qual a educação converge com outras funções e se faz grandemente por participação na vida do grupo, se tornando precária, à medida que a família perde funções, por outro, a escola, como órgão especializado (LESSARD, 2007), tende de maneira robusta a segregar na vida social exterior e concentrar os seus esforços na comunicação da experiência indireta (ou seja, na instrução).

Igualmente, como pontua, Lessard (2007), a Sociologia da educação pode ser de grande valia ao passo que fornece insuperáveis subsídios aos processos e práticas educacionais na formação do docente em Direito, pois também medita

sobre o trabalho docente, sendo este parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a vida social.

## CONCLUSÃO

À quisa de conclusão, podemos inferir que na sociedade os indivíduos necessitam adquirir preparo para a vida, sendo este uma das principais metas da educação, que deve preparar os indivíduos para uma participação ativa e transformadora nas diversas instâncias da vida social.

Destarte, não existe sociedade sem prática educativa da mesma maneira que não existe prática educativa sem sociedade, pois a educação é um fenômeno social e como tal é estudada pela Sociologia da educação, disciplina que analisa os processos sociais que se dão em relação ao ensino e à aprendizagem. Os processos sejam institucionais ou organizacionais, nos quais a sociedade se ampara para desenvolver a educação a seus membros, como as relações sociais que marcam o desenvolvimento dos indivíduos em tais processos são analisados pela sociologia educacional.

Portanto, considerando todo o aqui sucintamente fundamentado, o acolhimento da Sociologia da educação é absolutamente

fundamental para alargar a formação docente do professor de Direito no Brasil.

Nessa perspectiva, pensar em promover o avanço da formação pedagógica dos professores de Direito no sentido aqui proposto é pensar no aprimoramento de práticas educacionais, que careceriam ser perfilhadas como imperativas pelos professores, pelas instituições e pela própria lei, garantindo melhoramentos tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. Sociologia Educacional. 4ª Ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1957.
- BITTAR, E.C.B. Estudos sobre ensino jurídico: pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRAMELD, Theodore. O Poder da Educação, trad. de Deny Felix Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- DEMO, Pedro. A Educação do Futuro e o Futuro da Educação. 1ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- FERNANDES, Florestan. Leituras & Legados. 1ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2010.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 1ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.
- GALLO, Sílvio. Deleuze e a Educação. 1ª Ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2003.
- GARCIA, J. Avaliação e aprendizagem na educação superior. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1489/1489.pdf>. Acesso em 02/04/2018.
- LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. O trabalho docente. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MANNONI, Maud. Educação impossível. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 1977.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: A Organização escolar. 19. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- VENTURA, D. Ensinar direito. Barueri/SP: Manole, 2004